

TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE COIMBRA

Aviso n.º 11050/2008

1. Nos termos do disposto no artigo 77.º do Estatuto dos Funcionários de Justiça, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 343/99, de 26 de Agosto, e no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que foi afixada a lista de antiguidade dos funcionários das carreiras do regime geral do quadro de pessoal do Tribunal da Relação de Coimbra reportada e 31 de Dezembro de 2007.

2. A referida lista encontra-se afixada junto da Secção Administrativa do Tribunal da Relação de Coimbra, sito na Rua da Sofia — Palácio da Justiça, em Coimbra.

3. Nos termos do artigo 78.º do Estatuto dos Funcionários de Justiça e do n.º 96.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, o prazo de reclamação da lista é de 30 dias úteis contados da data de publicação do presente aviso.

4. A reclamação é dirigida ao presidente da Relação de Coimbra.

31 de Março de 2008. — O Presidente da Relação, *António Joaquim Piçarra*.

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ALBUFEIRA

Anúncio n.º 2522/2008

Insolvência de pessoa colectiva (requerida) Processo n.º 1524/07.4TBABF

Requerente: Ana Isabel Guerreiro Aleluia Silva
Insolvente: Vigalgar-Fabrica de Vigas e Blocos do Algarve, Ld.ª

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial de Albufeira, 2º Juízo de Albufeira, no dia 03-03-2008, ao meio dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es) Vigalgar-Fábrica de Vigas e Blocos do Algarve, Ld.ª, NIF — 504052250, Endereço: Mem Moniz, 8200-488 Paderne, com sede na morada indicada.

São administradores do devedor: Rui Manuel Jesus Barreiros, estado civil: Solteiro, NIF — 190178221, Endereço: Mem Moniz, Paderne, 8200-000 Albufeira, a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Luís Miguel Duque Carreira, Endereço: Rua Gen. Trindade, Apartado 20, 2485-135 Mira de Aire.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36 — CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias;

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que dispõem;

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 05-05-2008, pelas 10:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72 do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40º e 42º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Informação — Plano de Insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192 do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193º do CIRE).

10 de Março de 2008. — A Juíza de Direito, *Ana Paula Fernandes Ribeiro Mendes Ventosa*. — O Oficial de Justiça, *Maria Helena Leitão Marcos*.

2611100984

TRIBUNAL DA COMARCA DE ANSIÃO

Anúncio n.º 2523/2008

Insolvência pessoa singular (Requerida) n.º 503/07.6TBANS

Requerente: Ministério Público
Insolvente: Vítor Manuel Marques

No Tribunal Judicial de Ansião, Secção Única de Ansião, no dia 06-03-2008, pelas 17: 00 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor:

Vítor Manuel Marques, solteiro, calceteiro, nascido em 08-08-1960, freguesia de Palmá [Alvaiázere], nacional de Portugal, NIF — 192636138, BI — 0840348, Endereço: Rua Rosa Falcão, n.º 10, 2º esquerdo- 3240 Ansião, com sede na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeado o Sr. Dr. Vítor Manuel Ramos, constante da Lista Oficial, com residência na Urbanização Vale Verde, lote 41, loja A, 2415-773 Leiria.

Conforme sentença proferida nos autos, verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação por outra forma garantida.

Ficam notificados todos os interessados que podem, no prazo de 5 dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36º do CIRE, nos termos do artigo 39º, n.º 2, alínea a) e n.º 3 a 6 do mesmo Código.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40º e 42º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites

previstos no artigo 789º do Código de Processo Civil (nº 2 do artigo 25º do CIRE).

Ficam ainda notificados que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado, previsto no artigo 191º do CIRE

Ficam ainda advertidos que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, 5 dias, e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (nº 1 do artigo 9º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

7 de Março de 2008. — O Juiz de Direito, *José da Rocha Henriques*. — O Oficial de Justiça, *Maria Silvina C. Alves Pires*.

2611101105

Anúncio n.º 2524/2008

Insolvência de pessoa colectiva (requerida) Processo n.º 514/07.ITBANS

Requerente: Ministério Público.

Insolvente: Transportes Marcírio, L.da

Publicidade de sentença e notificação de interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial de Ansião, Secção Única de Ansião, no dia 07-03-2008, pelas 17.00 Horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es) Transportes Marcírio, Ldª, NIF — 504192361, Endereço: Mogadouro, Santiago da Guarda, 3240-000 Ansião, com sede na morada indicada.

Que se fixa a residência dos gerentes em exercício, Marcírio António e Maria de Lurdes Rodrigues Carrasqueira, em Mogadouro, Santiago da Guarda, Ansião.

Para Administrador da Insolvência é nomeado Drº Vitor Manuel Ramos, estado civil: Casado (regime: Desconhecido), nascido(a) em 30-09-1953, natural de Moçambique, nacional de Portugal, NIF — 175260192, BI — 02169453, Endereço: Urbanização Valverde, Lote 41 — Loja A, Covinhas, 2400-022 Leiria.

Conforme sentença proferida nos autos, verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação por outra forma garantida.

Ficam notificados todos os interessados que podem, no prazo de 5 dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36º do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40º e 42º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789º do Código de Processo Civil (nº 2 do artigo 25º do CIRE).

Ficam ainda notificados que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado, previsto no artigo 191º do CIRE

Ficam ainda advertidos que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, 5 dias, e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (nº 1 do artigo 9º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

10 de Março de 2008. — O Juiz de Direito, *José da Rocha Henriques*. — O Oficial de Justiça, *Isabel Custódio*.

2611100578

1.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE AVEIRO

Anúncio n.º 2525/2008

Insolvência de pessoa colectiva (requerida) Processo n.º 3763/07.9TB AVR

Requerente: Inforlândia — Sistemas Serviços Infomática, Lda.

Insolvente: Multialarmes — Sistemas de Segurança, Unipessoal,Lda.

Publicidade de sentença e notificação de interessados nos autos de Insolvência acima identificados

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra-identificado, foi encerrado por insuficiência da massa insolvente para satisfazer as custas do processo e as restantes dívidas da massa insolvente — Artigo. 230º., nº. 1, al. d) e Artigo. 232º., nº. 2 do CIRE.

A decisão de encerramento proferida a 07.03.2008.

Insolvente: Multialarmes — Sistemas de Segurança, Unipessoal,Lda, NIF — 503566225, Endereço: Rua de Angola, n.º 42, Loja A, Urbanização Forca Vouga, 3810-000 Aveiro, com sede na morada indicada.

Administradora de Insolvência: Ademar Margarido de Sampaio R. Leite, Endereço: Avª Alberto Sampaio, 106 — 2º Dtº, 3510-027 Vi-seu.

Ficam ainda advertidos que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, 5 dias, e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (nº 1 do artigo 9º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

11 de Março de 2008. — A Juíza de Direito, *Maria do Carmo Lourenço*. — O Oficial de Justiça, *Luz Gorete Matos*.

2611098871

Anúncio n.º 2526/2008

Processo n.º 4902/07.5TB AVR — Insolvência de pessoa singular (requerida)

Insolvente: Adelino Fonseca Rodrigues e outro(s).

No Tribunal Judicial de Aveiro, 1º Juízo Cível de Aveiro, no dia 22-01-2008, às 16,15 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Adelino Fonseca Rodrigues, estado civil: Divorciado, NIF 150445474, BI 9281053, Endereço: Reguendo, Dornelas, 3740-000 Sever do Vouga

Maria Gorete da Silva Coimbra, estado civil: Divorciado, NIF 195805216, BI 9353311, Endereço: Av. Comendador Augusto Martins Pereira, N.º. 54, 3740-255 Sever do Vouga

com domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

José Augusto Machado Ribeiro Gonçalves, Endereço: Av. Dr. Lourenço Peixinho, 15, 3º G, 3800-164 Aveiro

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i do artigo 36.º do CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (nº 2 artigo 128º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (nº 3 do artigo 128º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (nº 1, artigo 128º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.